



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 08/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2423/2012 (3 vols.).

2- Assunto: Prestação de Contas Anuais.

3- Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos.

4- Exercício: 2011.

5-Responsáveis: Sr. Marlon Trindade Teixeira, gestor no período de 01/01/2011 a 19/12/2011, e Sr. Amadeu Junior Andrade Rodrigues, gestor no período de 20/12/2011 a 31/12/2011.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 743/2013 (fls. 507/508).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8299/2013-MPC-EMF da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas (fls. 510/512).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anuais. Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Exercício 2011.

Contas Irregulares referentes ao período de 1/1/2011 a 19/12/2011. Multa ao Sr. Marlon Trindade Teixeira. Contas Regulares referentes ao período de 20/12/2011 a 31/12/2011. Determinações à próxima Comissão de Inspeção, ao atual Gestor e à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos. Comunicação à Receita Federal do Brasil. Prazo. Autorização da Instauração de Cobrança Executiva.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em parcial consonância** com o pronunciamento do representante do Ministério Público de Contas,

9.1- À unanimidade, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de:

9.1.1- JULGAR IRREGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, durante o período de 1/1/2011 a 19/12/2011, referente à Gestão em que o Sr. **Marlon Trindade Teixeira** figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.1.2- APLICAR MULTA ao Sr. **MARLON TRINDADE TEIXEIRA**, Gestor da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos no período de 1/1/2011 a 19/12/2011, **no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelas seguintes impropriedades:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 08/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2423/2012 (fls. 02).

a) Violação ao disposto no artigo 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, que dispõe acerca da necessidade da apresentação da Reserva de Contingência;

b) Violação ao artigo 29, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos que determina a prova da regularidade fiscal, com o fito de evidenciar que o contratado manterá, todas as obrigações por ele assumidas, durante a execução dos contratos, convênios, ajustes, acordos e adiantamento, de acordo com o artigo 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93;

c) Violação ao art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93, que determina que todas as contratações devem apresentar justificativa de preço do contrato, uma vez que a base nas licitações é a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública; e,

9.1.3- JULGAR REGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, durante o período de 20/12/2011 a 31/12/2011, referente à Gestão em que o Sr. **AMADEU JUNIOR ANDRADE RODRIGUES** figurou como Gestor, nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.1.4- DETERMINAR à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos que:

a) elabore norma disciplinando a concessão de diárias e passagens e a apresentação da documentação comprobatória do deslocamento e dos serviços prestados por meio de Relatório de Viagem (se for o caso), a fim de embasar o correto procedimento de todas as Unidades daquele Município;

b) atualize prioritariamente sua Lei Orgânica, a fim de evitar divergências com suas Leis Municipais, não permitindo que a mesma permaneça defasada.

9.1.5- FAZER A DEVIDA COMUNICAÇÃO à Receita Federal do Brasil, para que tome ciência dos achados de auditoria em matéria tributária e adotem as providências que entenderem necessárias, enviando-lhes cópias das peças devidas, por entender que a matéria é de competência da Receita Federal do Brasil (IR e INSS).

9.1.6- DETERMINAR à próxima Comissão de Inspeção da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos que:

a) verifique se há a observância do disposto no artigo 94, da Lei nº 4.320/64, que determina a necessidade do tombamento (registro analítico) dos materiais, bem como o disposto no artigo 1º, inciso VII, da Resolução nº 05/1990 - TCE/AM (também versando acerca da necessidade de tombamento);

b) verifique se o Gestor observou de forma adequada a regularização das Pastas Funcionais dos servidores listados às fls. 161/162 deste processo;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACORDÃO Nº 08/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 2423/2012 (fls. 03).

c) evite a reincidência deste tipo de situação.

9.1.7- DETERMINAR ao atual Gestor da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos que observe com rigor o registro de ponto dos seus funcionários e que os seus agentes públicos assinem rigorosamente o livro de ponto;

9.2- Por maioria, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de **APLICAR MULTA** ao Sr. **MARLON TRINDADE TEIXEIRA**, Gestor da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos no período de 1/1/2011 a 19/12/2011, **no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos)**, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, nos meses de janeiro a dezembro/2011;

9.3- FIXAR O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS para o recolhimento aos cofres estaduais dos valores das penalidades impostas ao Sr. **Marlon Trindade Teixeira**, Gestor da Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos no período de 1/1/2011 a 19/12/2011, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4o, da Resolução nº 04/2002. Observando-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3o, da Resolução nº 04/02);

9.4- AUTORIZAR desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei nº 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6o, todos da Resolução nº 04/02.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10-Ata: 1ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 15 de janeiro de 2014.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Alípio Reis Firmo Filho (convocado).

12.1-Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal Pleno: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral